Folha n.º 71

-----ATA N°. 8------SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2022: Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ------1) Votação da Ata n.º 7; ------2) E- mail - Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira; -----3) Renúncia ao Mandato do Senhor Ex- Deputado Municipal Tiago Ferreira: -------4) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----5) Listagem de Compromissos Plurianuais: ------6) Proposta n.º 66/2022 – Estratégia Local de Habitação: -----7) Proposta n.º 68/2022 – Transferência de Recursos para as Freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril: ------8) Proposta n.º 70/2022 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022; -----9) Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua das Gaiteiras, no lugar de Antes; -----10) Proposta n.º 73/2022 - Estrutura Orgânica Municipal - Alteração do Número Máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis. ------Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ------Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos. Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. -----Os Senhores Deputados Municipais, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Sofia da Costa Lousado, Elisa Carla de Abreu Simões e Sandra Isabel Baía Semedo solicitaram a sua substituição, o que

veio a verificar-se, respetivamente, por Frederico Miguel do Céu Margues dos

Santos, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Carlos Manuel Salvador Veloso, Paulo Manuel Madeira Serafim e Rosa Maria Sousa
Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira, Sónia Maria Pereira Leite e Luís Filipe Tovim Ferreira. — De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, tendo-se inscrito os Senhores Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, José Carlos Calhoa Morais e Dinis Costa Neves. ————————————————————————————————————
1) No uso da palavra, o Senhor Óscar Carvalho iniciou questionar acerca do estado da ação interposta em tribunal contra a Central de Cervejas devido à extinção da Sociedade de Água do Luso. Prosseguiu indagando se a segunda fase da requalificação do centro do Luso é para terminar, perguntando de seguida se as propostas apresentadas na reunião de dia 19/10/2021 foram alvo de análise e decisão. Inquiriu se ao longo do ano foi apresentado algum projeto para a Freguesia de Luso, qual o destino do Cineteatro do Luso e para quando a criação da bio compostagem comunitária no Concelho. Finalizou questionando sobre o ponto de situação da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal. (início: após 03 minutos; fim: após 06 minutos)
requereu: "Boa noite, cumprimento o executivo municipal, deputados municipais, público presente e que assiste online
Em nome do Bloco de Esquerda do concelho da Mealhada, solicitamos alguns esclarecimentos
- Questionamos se o horário para estas sessões a meio da semana de trabalho é para continuar, se sim, por que razão? Parece-nos que para quem aqui participa ou assiste e com dia de trabalho bem cedo no dia seguinte, pode sentir maiores dificuldades ou ficar mesmo impedido de exercer este ato de cidadania

Folha n.º 72

questionamos qual o motivo, para não abertura destas ofertas e esclarecimentos sobre estes constrangimentos neste início do ano letivo comparativamente aos anos anteriores. Na nossa opinião, o executivo municipal poderia oferecer atividades extracurriculares para as crianças/jovens do nosso município em articulação/parceria com as associações do concelho. ------- Na secundária, as obras ainda não estão concluídas, o elevador ainda não está a funcionar, assim como na cantina, mantém-se a falta do acesso a crianças com défice de mobilidade, quando a escola deve ser inclusiva. Para além disto, chegounos a informação que o novo piso do pavilhão já apresenta fissuras que colocam em perigo a segurança dos seus utilizadores. Também soubemos que o ano letivo se iniciou com uma tomada de posição do agrupamento e especificamente dos professores de educação física que chegaram a dizer que não haveria aulas práticas por falta de condições nos espaços exteriores. Parece que a situação, entretanto foi resolvida, mas a que se deveu este atraso, ao ponto de se ter tido de tomar aquela posição para pressionar a vossa intervenção? Genericamente perguntamos: para quando a conclusão das obras da escola secundária? ------- Sobre o projeto EPIS (empresários para a inclusão social), implementado no Agrupamento desde o ano passado com protocolo que vos envolve, perguntamos por que razão o professor Mediador colocado para este projeto pela câmara, e que é vosso técnico superior, não está a dar continuidade ao seu trabalho este ano letivo? Por que razão decidiram interromper, provocando descontinuidade no bom acompanhamento e com bons resultados (segundo sabemos) que aquele professor Mediador estava a ter com os alunos abrangidos por este projeto? Um horário integral está agora transformado em tempos parcelares e dispersos por vários professores do Agrupamento. Perguntamos, o Mediador não continuou o seu trabalho (e que estava a dar frutos), porque não quis, não pôde, ou os senhores precisavam dele noutro sítio? ------- Na Volta a Portugal, foram arranjadas algumas vias de circulação onde passou a Volta, contudo relembramos que muitas outras estradas secundárias do nosso concelho precisam de manutenção e reparação. ------ Oferta cultural- Do nosso ponto de vista, tem sido notória a melhoria da oferta cultural e festiva desde a tomada de posse deste executivo, ressalvando, no entanto, que a não realização do FESTAME e opção pela Feira de Artesanato e Gastronomia não foi bem conseguida e não se traduziu na valorização do comércio local tal como era o objetivo do executivo, o espaço para crescer é reduzido, pouca oferta de tasquinhas e de uma forma geral, com pouca afluência do público durante a semana. Nessa época do ano há muita oferta nos concelhos limítrofes e na nossa opinião, a manter-se a Feira nos mesmos moldes, não atrairá público de outros concelhos. ----Relativamente à opção de deslocalização do MeaJazz para o Luso, será para manter neste local ou sendo um festival do concelho da Mealhada, a ideia é decorrer nas diferentes freguesias? Entendemos a perspetiva mais turística do Luso, com aposta

forte na programação cultural e festiva durante o verão...mas relembramos que será

bom continuar a pensar em incluir oferta cultural em todo o concelho." (início: após 06 minutos; fim: após 13 minutos) -----

3) No uso da palavra, o Senhor José Morais iniciou por referir que intervém devido à obra efetuada pelas Infraestruturas de Portugal, em área de jurisdição do Município de Mealhada e do Município de Coimbra, mais concretamente em Sargento - Mor ao quilómetro 199/980 e iniciada em julho, sendo que analisado o projeto se verificou que o mesmo cortava o acesso a norte do lugar para a Mealhada, Santa Luzia e Freguesia de Barcouco. Deu conhecimento de tal situação à Câmara Municipal e contactou a Infraestruturas de Portugal que esclareceu que o projeto estava a ser executado de acordo com as orientações da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que contactada remeteu novamente para a Infraestruturas de Portugal, I.P., que por sua vez remeteu para o gabinete de projetos, para o qual enviou email a questionar o projeto, tendo os mesmos respondido que não foram informados de qualquer condicionante. Vincou que com esta obra o trânsito pesado vai regressar para dentro da localidade, causando transtornos na circulação; os transportes públicos transitam com dificuldade ou deixaram de passar; as pessoas que circulam em Sargento – Mor e que se dirijam para norte tem de ir obrigatoriamente em direção a Coimbra e aos semáforos. Em reunião com a Infraestruturas de Portugal, a mesma esclareceu que tal obra se devia a dois acidentes mortais que ali ocorreram, sendo que na realidade os citados acidentes aconteceram 100 metros mais acima e nos anos de 1998 e 1980, tendo informado ainda posteriormente que o projeto foi comunicado quer à Câmara Municipal de Mealhada como à Câmara Municipal de Coimbra e não existiu qualquer oposição das mesmas, e que só depois da obra feita foi verificado o erro e já tinham informado superiormente para retificar o mesmo. Terminou solicitando que a Assembleia Municipal de Mealhada, caso assimentendessem, fizesse uma nota de descontentamento pela obra ali realizada, com gastos avultados, sendo que ninguém a pediu e a solução preconizada não foi a melhor. (início: após 14 minutos; fim: após 21 minutos) -----De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que o processo em tribunal contra a Central de Cervejas devido à extinção da Sociedade de Água do Luso está a decorrer e portanto não existe ainda um resultado final, sendo que é um processo complicado devido ao esvaziamento da Sociedade de Água do Luso e à ação em tribunal ter sido interposta demasiado tarde. Seguiu dizendo que existem vários projetos para a requalificação do centro do Luso, como por exemplo para o morro da Quinta do Alberto ou para a Avenida dos Castanheiros, referindo ainda que o executivo está a percorrer as freguesias do concelho com os respetivos Senhores Presidentes de Junta, de modo a definir projetos e estratégias e para preparar o orçamento. Disse depois que muitas das propostas estão a ser desenvolvidas e as visitas servem para identificar os problemas mas não é num ano ou em poucos dias que se executam obras de grande dimensão. Quanto ao Cine Teatro do Luso, trata-se de uma obra orcada em mais de três milhões de euros, e apesar de existirem algumas ideias sobre o que fazer com o edifício e já terem sido discutidas, tem que se chegar a um consenso, pois o projeto

Folha n.º 73

que existe seria quase que repetir o que atualmente se encontra no Casino, sendo que quanto a este decorrem negociações com a Fundação Luso de modo a ter o espaço aberto 365 dias por ano, ao serviço permanente da população. Quanto à compostagem comunitária referiu que é uma grande aposta, que esteve envolvido no projeto inicial enquanto vereador, e que em breve iniciariam três projetos piloto mas com o objetivo de estender ao resto do Concelho, apostando ainda numa campanha de sensibilização para toda a população. Continuou dizendo que o problema com os docentes para as atividades extracurriculares foi responsabilidade da empresa encarregue das contratações, referindo depois que as obras da secundária, daquilo que foi a concurso, estão concluídas, embora a mesma necessite de mais intervenções e que apesar disso, aquando da transferência de competências e respetivas verbas, será considerada como uma escola nova. Informou ainda que foi solicitado que a EB2 de Pampilhosa fosse sinalizada pois precisa de muitas obras, e relativamente à EB 2 de Mealhada está já a ser preparado um processo para lançar concurso para projeto. Sobre o EPIS, referiu que o professor designado não foi retirado do projeto por algum mau estar que pudesse existir mas sim por mútuo acordo com a escola. Quanto à limpeza e manutenção do espaço público esclareceu que existe falta de mão-de-obra e que tem sido feito um grande esforço quer para contratar pessoas quer para fazer essa manutenção e limpeza, contratando empresas externas e através das transferências de competências para as Juntas de Freguesia. Terminou referindo que nunca comparou a Feira de Artesanato com o Festame, e que defende que os eventos devem decorrer nos centros das localidades, de forma a tirar os carros desses locais e a dinamizar a economia local, e que há que criar esses hábitos, sendo este um processo em constante evolução. (início: após 21 minutos; fim: após 40 minutos) ------De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, que iniciou, relativamente às AEC, reconhecendo que o processo não correu bem e que o procedimento não foi diferente do tramitado nos anos anteriores, sendo que as atividades foram colocadas a concurso e a empresa que ganhou o mesmo declinou assumir a sua responsabilidade e com o início do ano letivo próximo foi necessária uma resposta urgente e eficaz e a mesma foi dada. Informou depois que as crianças poderiam ficar na escola durante o período das AEC pois teriam acompanhamento de monitores, garantindo que o mais tardar até à próxima segunda – feira, todas as AEC estarão em pleno funcionamento. Referiu depois que a questão do elevador carece de licenciamento para que seja colocado em funcionamento, e que quanto às fissuras no soalho do pavilhão gimnodesportivo as mesmas devem-se a erros de conceção por parte do construtor, tendo os mesmos sido já assinalados e o construtor notificado para os corrigir, estando os professores a desenvolver outras atividades para não colocar as crianças em risco. Relativamente ao EPIS, foi feita uma avaliação em estreito diálogo e cooperação entre o município e o agrupamento de escolas, e foi manifestada a intenção pela direção deste último para que o EPIS fosse acompanhado por docentes da própria escola, sendo essa sugestão acolhida, sem prejuízo duma avaliação positiva do que

havia sido feito. Reafirmou depois que qualquer comparação entre a Feira de Artesanato e o Festame não é apropriada, pois são conceitos diferentes, com objetivos e naturezas diferentes e que a programação cultural, onde se insere a Feira de Gastronomia, tem de ser analisada como um todo e ao longo ano, no qual decorrem várias iniciativas que promovem a vinda ao Município de pessoas que nos visitam, em proveito da economia local. Terminou dizendo que, em relação ao MeaJazz, que já se encontra em preparação a próxima edição, em data diferente e sem garantia de se realizar no Luso mas com intenção de tornar o evento mais robusto e com maior dimensão. (início: após 40 minutos; fim: após 53 minutos) -De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prosseguiu dizendo que em relação à obra em Sargento-Mor, este executivo só teve conhecimento da mesma quando ela começou e porque os Serviços foram lá chamados para informar do cadastro da rede de águas, não tendo havido qualquer manifestação de descontentamento da população além do e-mail do Senhor José Calhoa Morais e de um telefonema do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, quando a obra estava quase terminada. Foram procurados esclarecimentos desta situação e a resposta dada foi que aquele era um local identificado como perigoso pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e como tal estava a ser intervencionado. Terminou concordando que se trata de uma situação que cria constrangimentos aos veículos pesados e a quem se dirige para norte mas é menos perigoso para inversão de marcha e a questão será minimizada quando os transportes Pascoal criarem um acesso para a estrada de Santa Luzia. (início: após 53 minutos; fim: após 57 minutos) --4) No uso da palavra, o Senhor Dinis Costa iniciou por manifestar o desagrado pela condição em que se encontra a rua de Santo António, em Mealhada, onde não existem passeios, sinalização e o pavimento com buracos e não vislumbra qualquer projeto para a mesma. (início: após 57 minutos; fim: após 58 minutos) -----De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou concordando com o péssimo estado da estrada e dizendo que está a ser preparado um projeto para recuperação desse acesso à zona limite do Concelho, perto de Anadia. (início: após 58 minutos; fim: após 01 hora) ------De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, que esclareceu que quanto à Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, foi constituída uma Comissão, com representantes de todas as forças politicas que constituem a Assembleia Municipal, e que está a tratar do assunto e quando o mesmo estiver efetuado apresentá-lo-á à Assembleia. Prosseguiu dizendo que, quanto ao agendamento das sessões da Assembleia Municipal, e desde que os prazos sejam cumpridos, não existe nenhum dia que esteja excecionado a não ser o domingo, e que as sete sessões já realizadas decorreram em quase todos os dias da semana. exemplificando de seguida o caso da Assembleia Municipal de Anadia se realizar a meio da tarde e durante a semana ou a Assembleia Municipal de Coimbra se realizar em qualquer dia da semana a partir das 14:00 horas. Finalizou referindo que a sexta-

Folhan.º 74

feira é um dia complicado de agendar devido à utilização do Cineteatro. (início: após 01 hora e 01 minuto; fim: após 01 hora e 03 minutos) ------Não havendo mais inscrições, deu-se início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal de requerimento recebido, enviado pela Senhora Deputada Municipal Ana Sofia da Costa Lousado, a solicitar a suspensão de mandato por 90 dias e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a suspensão requerida. (início: após 01 hora e 03 minutos; fim: após 01 hora e 04 minutos) ------De seguida, Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Pereira, Carlos Pimenta, João Louzado, Alexandre Rebelo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário José Gaspar, Rui César, Pedro Semedo, João Louceiro, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, João Miguel Silva, Frederico Santos, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga. 1) O Senhor Deputado Municipal João Pereira, no uso da palavra, iniciou por referir, também na qualidade de pai e encarregado de educação, que atualmente as crianças da Freguesia de Barcouco que freguentam o ensino básico estão finalmente no mesmo plano de igualdade que as restantes crianças do Concelho que frequentam o mesmo tipo de ensino, nomeadamente no que respeita às refeições escolares comparticipadas pela Câmara Municipal e que durante anos foi uma reivindicação dos pais, mencionando ainda que o espaço disponibilizado para o efeito possui condições dignas e adequadas para as crianças. Continuou dizendo que no passado, para uma criança beneficiar de refeições comparticipadas, teria de se inscrever obrigatoriamente no ATL mesmo que não tivesse essa necessidade, facto que comportava custos em muito superiores às crianças que frequentavam o ensino básico na Mealhada e que não tinham essa obrigação, o que era uma clara violação do princípio da igualdade, enaltecendo depois o Executivo e o Senhor Vereador Gil Ferreira pelo cumprimento desta promessa. Prosseguiu questionando qual o ponto de situação em relação às instalações do Tribunal de Mealhada, as quais não são as mais adequadas e carecem de reparações, havendo inclusive magistrados que levam aquecedores e mantas para a sala de audiências e que afirmam, com as condições a manterem-se, seria encerrar o Tribunal. Finalizou dizendo que, quanto à revisão do Regimento da Assembleia Municipal, já está em fase de elaboração a versão final. (início: após 01 hora e 06 minutos; fim: após 01 hora e 13 minutos) ------2) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por referir que uma das funções da Assembleia Municipal é a de fiscalização no sentido de velar pelo rigor financeiro e pela legalidade e integridade patrimonial do Município. De seguida mencionou os donativos efetuados ao Município nos anos de 2018, 2019 e 2021, sendo que de acordo com a Lei, uma das competências materiais da Câmara

Municipal é a aceitação de doações, questionando portanto se estes donativos foram ratificados em sede de reunião de Câmara. Prosseguiu referindo os Baldios da Serra do Buçaco, no qual se inclui a casa florestal junto à localidade das Carvalheiras, questionando se o Município têm ou não um registo desses Baldios, dado que foi realizada uma escritura de usucapião em 2020 cujo objeto foram esses terrenos. Continuou questionando, na sequência da anunciada criação da figura do Provedor do Município, qual o ponto de situação para a escolha e nomeação para esse cargo. Terminou abordando a temática das comunidades de energia renovável, referindo os apoios previstos no programa eficiência energética em edifícios de servicos do plano de recuperação e resiliência e para o qual existe já uma candidatura conjunta com a CIM, sendo certo que não se pode permitir que a CIM substitua o Município. questionando depois se existe algo planeado para as zonas industriais para esse efeito. (início: após 01 hora e 13 minutos; fim: após 01 hora e 19 minutos) --De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que, em relação à questão das refeições, era uma promessa do executivo e um pedido de muitas pessoas, e conseguiu-se dar resposta não só para Barcouço mas também para Casal Comba e Antes. Quanto ao edifício do Tribunal de Mealhada, visitou o mesmo nos primeiros dias de mandato e concorda que as condições existentes são péssimas, tendo sido agilizado desde logo um projeto, que compreendia duas fases, e lançado o concurso mas o mesmo ficou deserto, estando em preparação novo concurso, o qual não estará resolvido antes do início do inverno. Seguiu dizendo que, em relação aos donativos efetuados ao Município, após ter conhecimento dessa questão consultou os Serviços e foi informado que essa situação não passou pela reunião de Câmara nem foi ratificado pela mesma. Abordou depois a questão dos Baldios do Luso, informando que a situação está a ser discutida com a Junta de Freguesia de Luso, tratando-se de uma duplicação de artigos matriciais que teria de ser resolvida. (início: após 01 hora e 19 minutos; fim: após 01 hora e 25 minutos) -----De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Hugo Silva, que iniciou por dizer que, em relação à figura do Provedor do Município, o regulamento não cumpre com o que se pretende. Iniciou por contatar com a Rede de Autarquias Participativas de forma a perceber o processo, que se pretende e também a realidade nacional, estando ainda nessa fase do projeto. Incluir também os serviços de forma a ter uma resposta digital às questões levantadas pelos cidadãos junto do Provedor ou equipa de Provedoria, sendo esta uma decisão ainda a tomar na medida em que a pessoa indicada virá em regime de voluntariado e também uma eventual repartição de responsabilidades por uma equipa mais alargada de provedoria que se traduzirá numa melhor resposta, sendo que assim que o processo estiver finalizado será abordado na Assembleia Municipal. (início: após 01 hora e 25 minutos; fim: após 01 hora e 29 minutos) ----De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que continuou dizendo que relativamente às comunidades de energia renovável que o acordo com a CIM é no sentido de cada Município aderente construir

Folhan.º 75

as suas CER e depois uma entidade fazer a sua gestão e manutenção, sendo que no Concelho se apostará não só nas zonas industriais mas também na parte municipal. (início: após 01 hora e 29 minutos; fim: após 01 hora e 30 minutos) ------De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Hugo Silva, que iniciou por dizer que em relação às localizações das CER o Senhor Presidente da Câmara já tinha dado uma noção da eventual abrangência que se poderá atingir, mas que será algo dependente dos mecanismos de financiamento a que se consigam aceder e à disponibilidade financeira do Município. Das candidaturas disponibilizadas até ao momento, nenhuma abria a possibilidade de serem elegíveis edifícios municipais, o que é uma condicionante, sendo a decisão mais premente a adesão, ou não, a uma entidade gestora das CER, através da própria CIM e só posteriormente determinar localização, dimensão, tipo de instalação e comparticipação do Município, sendo certo que a dimensão do ganho energético existirá na proporção da participação no capital dessas mesmas comunidades. Terminou referindo que as CER podem ser constituídas pelo poder local, empresas, coletividades e particulares, em localizações inferiores a 4 km entre a produção e o consumo, para não ocorrer dissipação de energia. (início: após 01 hora e 30 minutos; fim: após 01 hora e 34 minutos) -----3) O Senhor Deputado Municipal João Louzado, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuia transcrição requereu: ------"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, estimados munícipes, aqui presentes, e que nos sequem on-line em suas casas. -------Muito se tem falado aqui do passado, e V. Exas têm trazido a este espaço preocupações do presente muito relevantes e positivas para a melhoria do nosso concelho, pelo que lhes dou os parabéns... na minha intervenção, vou falar essencialmente de Futuro! ------Decorrido que está um ano sobre o ato eleitoral que alterou o panorama político concelhio, e que levou à constituição de um executivo municipal que o candidato a Presidente da Câmara da Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada integra, passado este "ano zero" e porque estamos apenas e só a aproximadamente um mês da apresentação das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o próximo ano, consideramos oportuno olhar desde já o futuro próximo e enumerar os aspetos, quanto a nós, mais importantes a ter em conta e que por isso vão merecer da nossa parte maior incidência na contribuição para elaboração do Orçamento Municipal; ---[Interessa-nos muito um bom futuro e assegurar que que tudo fazemos para o ter. Temos a convicção que mesmo a oposição não fará qualquer outra interpretação que não seja a correta, desta nossa intervenção] -----Existe uma identidade de cada força política, os seus programas e a obrigação de tornar público o nosso trabalho, de contribuir para uma gestão adequada dos recursos públicos aos tempos em que serão aplicados. ------Faremos a nossa contribuição assente nos seguintes itens: -----

1 - Comportar uma participação ativa das Juntas de Freguesia pela proximidade. uma inventariação das reais necessidades e afetação de recursos que demonstrem um sentido claro das prioridades e em convergência com as políticas municipais necessárias a um desenvolvimento harmonioso do Concelho como um todo, como estou certo todos defenderemos e desejamos esta coesão social e territorial. -----2 - Especial foco no apoio às famílias, particularmente às mais vulneráveis, neste momento de grande exigência, afetadas pela crise instalada, consequência da pandemia, de uma guerra, da escassez de matérias-primas, da subida dos juros, e da inflação, que, como tudo parece indicar, veio para ficar e se e quando descer, não descerão na mesma ordem dos preços dos bens essenciais! ---3 - Preconizamos um apoio ainda mais concertado, às instituições de cariz social e suporte prioritário à "obra Social", e só depois a obra edificada ou a edificar. -----A experiência diz-nos muito da (ainda maior) importância de ação das IPSS's em períodos de maior exigência. Tempos mais "duros" são tempos que carecem de maior intervenção, de quem sabem de quem tem o conhecimento, a experiência. 4 – Também um olhar mais atento e muito apoio às necessidades dos nossos "Avós"! Foram eles que nos trouxeram até aqui! Como se ouviu recentemente num caso paradigmático em Espanha; "Ninguém nasce com 80 anos". ------As pessoas que afortunadamente chegam a uma idade mais avançada! Fizeram muito para aqui chegar! E nos fazer chegar a nós! Genericamente, o que se requer. é maior atenção aos mais fragilizados, seja pela idade, doença, ou exclusão social. Em suma, apoio às famílias e às Instituições que cuidam dos nossos familiares! -----5 - Preconizamos medidas que assegurem de forma definitiva e sustentada uma clara mudança de paradigma político na abordagem aos necessários cuidados dos espaços públicos verdes e urbanos. Para que, por exemplo, quem entre na Mealhada, a começar pela sede de Concelho, possa percecionar um asseio e um brio diferente do que temos conseguido até agora, p.exe. os passeios do traçado urbano do IC 2, antiga N1 (bem sei que também é responsabilidade das IP, mas o brio é nosso, é a nossa casa...) ------6 - Potenciar ao máximo os recursos que sejam conseguidos e todo o esforço possível para que seja efetivo uma necessária reabilitação urbana que urge (doc. a votar hoje é o princípio) – com estímulos e medidas concretas, diretas e/ou indiretas, seja por isenção de algumas taxas, criação de gabinete de trabalho de concertação de prioridades sempre concertado com as Freguesias, e outras medidas que possam contribuir para incentivar a recuperação de prédios urbanos devolutos e assim contribuir para uma maior disponibilidade de habitação, digna. --7 - Afetação de verbas para ações que visem apoiar e potenciar o trabalho do comércio local, em todo o concelho tendo em conta que a sua existência é fulcral para a coesão social e atração de novos residentes e visitantes (ver alguns exemplos de sucesso em concelhos bem próximos, devendo obviamente ser feito um envolvimento dos "beneficiários" para que possamos ter ações de valor acrescentado para todos). -----

Folhan.º 76

8 - Orçamentação de um maior número de ações direcionadas ao incentivo ao consumo no comércio local de forma mais constante e não só sazonal!
9 – Desburocratizar! É necessária maior eficiência, que é o verbo do futuro, para as vantagens inerentes são óbvias. Para isso, temos consciência são precisos meios que o permitam, mas um investimento na desburocratização planeada e consciente traz ganhos imediatos para todos!
10 – Os serviços Municipais também têm de poder estar à altura destes tempos mais exigentes e é natural que possam consumir recursos! Mas proporcionando eficiência, o retorno é garantido!
11 – A educação deve merecer efetiva atenção, quiçá um novo rumo, a formação escolar, o funcionamento das escolas, a motivação dos fundamentais recursos humanos, a concertação de esforços, o bom estado de conservação dos edifícios, o conforto e bom funcionamento dos mesmos, são o motor da motivação para "produzir" talentos humanos!
Começamos em casa, evoluímos e preparamo-nos na escola para fazer face ao resto da vida, pessoal e profissional. Numa sociedade bem preparada, tem muito impacto o que se "bebe" na escola!
12 — É indispensável e incontornável olhar para a Juventude como um investimento seguro, de Futuro, julgamos estar no bom caminho, pode até ser sem grandes pressas, mas não poderemos perder tempo
Não podemos esquecer do papel que o Estado central deve ter nestes apoios à natalidade, temos de "puxar" por ele
recorrendo a conhecimentos já existentes e experimentados

16 – Pensamos que definitivamente, precisamos de iniciar medidas práticas, efetivas
e a curto prazo para uma sustentabilidade ambiental dos nossos recursos Hídricos
do Concelho!
As nossas terras, os nossos rios, as nossas fontes, os nossos lagos, são sem
qualquer dúvida uma segurança absoluta de um futuro com maior qualidade de vida
e de vontade de aqui viver!
Urge cuidar e preservar estes recursos naturais,
Exmos. Senhores e Senhoras,
Os tempos que vivemos, mas especialmente os que aí vêm, requerem políticos
preparados!
O nosso compromisso, é com o desenvolvimento do Concelho - Trabalhemos nesse
sentido!" (início: após 01 hora e 34 minutos; fim: após 01 hora e 44 minutos)
4) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, questionou
a falta de resposta a um pedido efetuado em junho, por parte da Associação de
Médicos de Medicina Geral da Bairrada, em que solicitavam condições e
disponibilidade do Cineteatro Messias para os meses de outubro e novembro. (início:
após 01 hora e 45 minutos; fim: após 01 hora e 46 minutos)
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da
Câmara que informou não ter conhecimento de tal assunto e que iria averiguar junto
dos Serviços. (início: após 01 hora e 46 minutos; fim: após 01 hora e 48 minutos)
5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário Gaspar, no uso
da palavra, iniciou por ler um e-mail que tinha enviado aos Senhores Presidentes de
Junta, no dia 12 de Julho do corrente do ano, na sequência da reunião da Comissão
Municipal da Proteção Civil de Mealhada, e no qual solicitava informações no âmbito
de situações de emergência. Seguiu dizendo que não obteve resposta das Juntas
de Freguesia de Luso, Vacariça e Barcouço, questionando portanto o Presidente da
Câmara Municipal e cumulativamente Presidente da Comissão Municipal de
Proteção Civil, como agir nessa situação. Terminou pedindo que fosse esclarecida
uma confusão suscitada em reunião de Câmara relativamente a uma obra realizada
em frente à casa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. (início: após 01
hora e 48 minutos; fim: após 01 hora e 51 minutos)
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da
Câmara que iniciou por referir que a Proteção Civil é muito importante para todos,
apelando para que haja diálogo e prestadas todas as informações necessárias e
solicitadas, as quais são muito importantes para a Comunidade. De seguida
esclareceu que a situação da pavimentação a Pampilhosa não é da responsabilidade
da Câmara Municipal mas sim da empresa Lusitânia Gás, só existindo intervenção
camarária, não só ali mas em vários pontos do Concelho, no que respeita às valas
que apresentavam algumas deficiências. (início: após 01 hora e 51 minutos; fim:
após 01 hora e 54 minutos)
6) O Senhor Deputado Municipal Rui César, no uso da palavra, iniciou por referir que
o Senhor Presidente da Câmara durante a campanha eleitoral muitas vezes criticou
o estado em que os espaços públicos se encontravam mas volvido quase um ano de

mandato a maioria das situações evoluiu para pior. Já tinha sido referida como justificação a falta de pessoal mas o que se verifica na globalidade é uma falta de cuidado, sendo certo que muitos dos espaços são da jurisdição das Infraestruturas de Portugal. Questionou de seguida o ponto de situação relativamente aos já anteriormente mencionados protocolos e ainda o que estava a ser feito quanto aos locais de índole privada que necessitam de igual limpeza. (início: após 01 hora e 54 minutos; fim: após 01 hora e 57 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por considerar que a situação não está bem mas não está pior, referindo que muitos dos casos não são de responsabilidade camarária mas ainda assim procedem à sua limpeza. Existiram reuniões para agilizar um protocolo entre as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal, porque a I.P. paga a uma empresa para fazer a limpeza 2/3 vezes por ano e só por uma vez foi feita, tendo os Serviços feito a mesma porque a imagem em causa é a do Município e portanto parte desse pagamento deveria ser para a Câmara. Continuou referindo que estão a ser analisados os locais para intervencionar mas que é um processo lento, que existe um protocolo com os serviços prisionais mas que é um processo lento e para dar resposta a estas situações está a transferir-se mais dinheiro para as Juntas de Freguesia, para também estas auxiliarem neste trabalho. Quanto aos privados estão a ser contatados os proprietários dos terrenos para proceder à limpeza dentro de determinado prazo mas não o fazendo tem o Município de se substituir aos mesmos, apresentando depois os custos do procedimento. (início: após 01 hora e 57 minutos; fim: após 02 horas e 03 minutos) ------7) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ------"Ex. mos senhoras e senhores ------Caros concidadãos ------Venho nesta intervenção tratar de 2 assuntos: -----O primeiro é a pedido de vários concidadãos que nos têm abordado sobre a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular, mostrando-se muito preocupados com a situação criada neste início do ano letivo nas escolas. Porém, o assunto já foi respondido. -----O segundo assunto tem por base o que sucedeu na sessão do dia 28 de junho, cuja ata iremos votar hoje, quando o sr. Alexandre Rebelo, da bancada do PS desta assembleia, se referiu a uma situação que teria visto na Escola Básica número 2 da Pampilhosa. Aludiu que dois alunos com necessidades especiais, com forte dependência, necessitando de atenção constante e condições específicas e adequadas, teriam de permanecer permanentemente num átrio da escola, em condições indignas. -----

Ora, se a situação fosse verdadeira seria grave e o responsável maior não era a Câmara Municipal, mas o Agrupamento de Escola. A ser verdade, seria grave, muito

Quando me desloquei ao referido estabelecimento de ensino, ocorreu-me verificar junto das senhoras assistentes operacionais que tomam conta dos meninos das condições em que estes são acolhidos. Já os tinha visto noutras ocasiões no tal átrio. mas não conhecia a situação completa. -As senhoras mostraram-me, então, não uma sala destinada a crianças com necessidades especiais, mas duas. Amplas, do tamanho de salas de aula de dimensões generosas, uma delas equipada com duas camas apropriadas ao caso das tais duas crianças, onde descansam quando precisam, com biombos para garantir privacidade. Estes meninos passam momentos nesta sala e outros no tal átrio, fechado por vidraças, onde contactam com os restantes alunos da escola, com docentes e funcionários. -----A intervenção do sr. Alexandre Rebelo atingiu de forma grave a honorabilidade profissional dos docentes e assistentes operacionais envolvidos na assistência a estas criancas. -Muito mais importante, porém, é que o sr. pode dirigir a sua indignação para o atual governo, que abandonou o ensino especial, não correspondendo às expetativas de financiamento que pais e profissionais depositaram na evolução do apoio a crianças e jovens que enfrentam tantas dificuldades." (início: após 02 horas e 03 minutos; fim: após 02 horas e 07 minutos) -----8) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dizer que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, se conclui que também no concelho de Mealhada existem famílias que por limitação de rendimentos não conseguem aceder à concretização do direito à habitação, referindo de seguida o expresso na Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal, onde é notado que devido aos baixos salários não existe procura por alguns postos de trabalho que eram necessários preencher. Seguiu dizendo que a democracia não se faz só nos espaços de representação mas também da movimentação social, onde o descontentamento cresce cada vez mais, em que com a guerra da Ucrânia disparam os lucros das grandes empresas enquanto o cabaz básico aumentou. Continuou referindo que é preciso efetivamente parar a guerra e exigir um caminho de diálogo e de paz, porque a guerra não serve os povos, como se verifica com os grandes especuladores a acumular fortunas e o povo, como se vê em Portugal, a perder salários, reformas, poder de compra e a ficar sujeitos a mais exploração e pobreza, isto com o Governo a fechar os olhos a esta realidade e a não ter coragem de tomar medidas. Terminou dizendo que é urgente que os trabalhadores e as populações façam ouvir a sua indignação e protesto contra o aumento do custo de vida e a que exijam, mais cedo do que tarde, aumentos dos salários e pensões e mais direitos laborais. (início: após 02 hora e 07 minutos; fim: após 02 horas e 15 minutos) ---9) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por dar conhecimento da situação atual do Pólo de Saúde de Vacariça, solicitando ainda ao Senhor Presidente da Câmara que informasse dos contatos com a USF - Caminhos do Cértoma, reivindicando de seguida melhores condições de trabalho para o pessoal alocado ao Pólo de Saúde de Vacariça, de

Folha n.º 78

modo a ser prestado um melhor serviço e o menos transtorno possível aos utentes. Terminou expressando que sempre que necessário tem trabalhado em parceria com a Senhora Coordenadora da Proteção Civil naquilo que a Freguesia de Vacarica precisa e naquilo que a mesma vai solicitando. (início: após 02 horas e 16 minutos; fim: após 02 horas e 20 minutos) -----De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que, tal como já tinha comunicado aos Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, existe falta de médicos e é complicado gerir escalas aquando férias ou por doença, e que foi comunicado que só podem abrir concurso para um novo clínico quando o outro, a substituir, efetivamente cesse funções. Informou de seguida que está agendada reunião com a ACES – Centro, de modo a obter garantias de que não iriam fechar nenhum Pólo de Saúde, embora os mesmos necessitem de bastantes obras. (início: após 02 horas e 20 minutos; fim: após 02 horas e 23 minutos) ------10) O Senhor Deputado Municipal João Miguel Silva, no uso da palavra, iniciou por referir a situação de seca a nível europeu e a preocupação dos sucessivos executivos com o abastecimento de água potável, tendo sido construídas captações e efetuado acordo com as Águas de Coimbra para abastecer as Freguesias de Casal Comba e Barcouco de forma a minorar a situação, sendo que em virtude do citado acordo foram construídas várias infraestruturas, estando em falta o ponto de ligação no Carqueijo, Freguesia de Casal Comba e que abastecerá também a Freguesia de Barcouço, tendo sido adquirido e pago o terreno onde irão ser construídos os depósitos de reforço e também deixado completo o projeto da mesma obra mas no entanto nada aconteceu, questionando portanto para quando a realização desta obra. Prosseguiu mencionado o programa cultural de verão na Freguesia de Luso, onde grande parte do evento seria realizado junto do lago, salientando que já anteriormente existia um programa cultural e uma associação em que um dos fins era a colaboração e dinamização deste tipo de eventos, não tendo a mesma a atenção que merecia, vincando depois que só com espirito de cooperação é possível chegar à excelência. Seguiu expondo a situação do lago de Luso, com candeeiros partidos e a cascata de pedra sem água, assim como o novo parque junto à USF -Caminhos do Cértoma que se encontra sem eletricidade, questionando de seguida a falta de limpeza na estrada que liga ao Luso às aldeias de Monte Novo e Salgueiral. Terminou indagando acerca da falta de apoio, nomeadamente com a disponibilidade do autocarro da autarquia, a algumas associações do Concelho. (início: após 02 horas e 23 minutos; fim: após 02 horas e 31 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que a consignação da referida obra será na próxima segunda-feira. Sobre o programa cultural no Luso, considerou que o mesmo correu bem, com os restaurantes e hotéis cheios, com um trabalho em equipa e com envolvimento da Junta de Freguesia de Luso, com a finalidade de dar ao Luso a animação que precisa durante todo o ano. Prosseguiu referindo que a associação aludida foi contactada em dezembro, e que considera que as pessoas têm de se

envolver nas associações com o intuito de estar ao serviço da entidade sem ter benefícios financeiros, e portanto não se conseguia dar resposta à proposta apresentada. Continuou referindo que concorda com o exposto sobre o lago de Luso, estando em processo de substituição todo o sistema de candeeiros, sendo que quanto à vala existiu um corte de água mas ninguém sabe onde o mesmo foi feito e portanto é uma situação de difícil resolução, acrescentando sobre as faixas de gestão florestal que a estrada aludida é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, os quais já foram contatados, quer pela Câmara Municipal quer pela população, e não cumprem com as datas com que se comprometem. Finalizou vincando que sempre que o autocarro camarário está disponível, ele é colocado à disposição das coletividades, e que no caso dos escoteiros o mesmo foi disponibilizado, contudo as crianças com idade inferior a 16 anos não podem circular no autocarro e portanto teriam de se deslocar em viatura particular, mas a situação foi esclarecida com a Associação de Escoteiros. (início: após 02 horas e 31 minutos; fim: após 02 horas e 39 minutos) ---11) O Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, no uso da palavra, iniciou por referir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal nas suas intervenções classifica a Mata Nacional do Buçaco como um património inigualável e único no país, sendo que ao longo dos tempos, inclusive quando o Senhor Presidente da Câmara era Presidente da Fundação Mata do Buçaco, recebeu e recebe apoios quer da administração central como do Município, logisticamente e financeiramente, questionando portanto se o executivo está disponível para colaborar financeiramente com a Mata do Buçaco financiando os projetos que decorrem e contrapartidas nacionais. Questionou por fim se o Município vai assumir - e se sim em que moldes - a gestão financeira do projeto de candidatura a património mundial da UNESCO. (início: após 02 horas e 39 minutos; fim: após 02 horas e 41 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por esclarecer que entre 2009 e 2013, só no primeiro ano é que existiram apoios, deixando os mesmos de existir pela Lei das Fundações, obtendo financiamento por outro tipo de candidaturas. Seguiu dizendo que a citada Fundação transitou para tutela de administração central e portanto ainda aguardam para aferir dos apoios que irão ser concedidos, mostrando disponibilidade para reunir e discutir eventuais projetos e a mais-valia dos mesmos para o Concelho e para a região, sendo que para as contrapartidas nacionais existe financiamento do Fundo Ambiental. Sobre a candidatura a património mundial da UNESCO referiu que existe uma confusão com a empresa que tinha sido contratada e com transferências de verbas e que ainda se está a descortinar resolução para esse imbróglio mas que demostra disponibilidade para trabalhar e desenvolver o projeto, sendo que no seu entender é um trabalho a ser desenvolvido pelas universidades. (início: após 02 horas e 41 minutos; fim: após 02 horas e 44 minutos) --12) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por fazer menção à falta de resposta aos e-mails que a Junta de Freguesia de Barcouço envia para o Município. Continuou dizendo que na última

sessão da Assembleia da Freguesia de Barcouço informou desta situação é que a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia de Barcouco, em substituição, fez uma intervenção onde deu a resposta em falta a todos os e-mails. Continuou dizendo que o executivo da Junta de Freguesia de Barcouco lamentava a postura do Município em relação aos e-mails enviados pela Junta de Freguesia, assim como a utilização da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia de Barcouco para dar as respostas estando o Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço a aguardar as mesmas há meses, o que demostrava falta de respeito para com a Junta de Freguesia de Barcouço e respetivo Presidente, assim como falta de interesse Municipal em responder aos problemas da Freguesia de Barcouco. Prosseguiu referindo que as respostas dadas pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia de Barcouço, em substituição, são meros encaminhamentos para os Serviços Municipais, onde os e-mails permanecem esquecidos, sendo que não aceita nem lhe reconhece essa função. (início: após 02 horas e 44 minutos; fim: após 02 horas e 47 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço estava a ser mentiroso nas afirmações que tinha proferido. Prosseguiu referindo que o Senhor João Cidra várias vezes diz uma coisa e depois diz outra, já tendo criado vários problemas devido a isso e que aguando da receção de emails tem o cuidado de telefonar diretamente para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço para tentar ajudar. De seguida solicitou a indicação dos emails que permanecem sem resposta, dando nota que alguns poderiam eventualmente continuar nos Serviços mas vincando que foi dada resposta aos emails que não necessitavam de resposta mais técnica. Terminou referindo que as respostas dadas à Assembleia de Freguesia de Barcouço decorreram de solicitação do mesmo órgão e como tal foram prestadas. (início: após 02 horas e 47 minutos: fim: após 02 horas e 49 minutos) ------Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra, no direito de defesa da honra, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte. que no uso da mesma afirmou que não aceitava que lhe chamem mentiroso e que um dia diz uma coisa e depois diz outra. Continuou dizendo que enviaria os e-mails dos quais não tinha resposta, e que apesar da demora dos Serviços em responder, deveriam ter resposta e seria constrangedor para o Senhor Presidente da Câmara Municipal se fosse colocado na mesma posição em que se encontrou na Assembleia de Freguesia de Barcouço, ao qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal

13) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por agradecer ao Município a implementação das refeições escolares na Freguesia de Casal Comba. Prosseguiu referindo que em Casal

horas e 52 minutos) -----

retorquiu que tinha dado uma resposta forte mas que não apreciou a atitude do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, pedindo no entanto desculpa pelo sucedido. (início: após 02 horas e 50 minutos; fim: após 02

Comba, e no seu caso em particular, para o seu filho ter acesso às refeições escolares tinha obrigatoriamente de estar inscrito no ATL, mesmo não necessitando, o que implicava um custo mensal de 140,00 euros, o que não sucedia no centro escolar de Mealhada, de Luso ou de Pampilhosa. Manifestou que podem criticar que as condições não são as ideais, mas na Secundária de Cantanhede, que está em obras, os alunos estão em contentores, assim como em Coimbra perto do estádio. Vincou de seguida que nas três freguesias abrangidas foi dado um apoio aos pais e às famílias, que antes eram obrigadas a despender mensalmente verbas avultadas para terem os filhos inscritos no ATL mesmo não necessitando, sendo esta uma resposta de elementar justica. Referiu ainda que porventura nem todas as IPSS estarão satisfeitas mas lembrou que a resposta social ATL em todas as IPSS do concelho de Mealhada dá prejuízo, dando ainda nota que desde 2015 existe uma Lei que implementa as componentes de apoio à família e que por decisão política nunca foram colocadas em prática no Concelho de Mealhada, de modo a permitir que as crianças figuem na escola até às 19:00 horas. Terminou reforçando ainda que se o seu filho frequentasse a Escola Primária de Murtede pagaria, além da refeição e para tomarem conta da criança até às 19:00 horas, 30,00 euros/mês e portanto é conveniente analisar a questão antes de criticar, sendo que o caso em concreto da Mealhada é único no distrito de Aveiro. (início: após 02 horas e 52 minutos; fim: após 02 horas e 56 minutos) --Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 7: ------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Bastos, que no uso da palavra, solicitou uma correção na Ata em apreço. (início: após 02 horas e 57 minutos; fim: após 02 horas e 58 minutos) -----Posteriormente, e efetuada a correção, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 7, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. -----Os Senhores Deputados Municipais: Ana Mannarino, Rui César, João Miguel Silva, Nuno Veiga, Claudemiro Semedo e Filipe Castela Simões não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 7. (início: após 02 horas e 58 minutos; fim: após 02 horas e 59 minutos) -----2) E- MAIL - SENHORA DEPUTADA MUNICIPAL JOANA SÁ PEREIRA: ------O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, André Melo, João Miguel Silva e Pedro Semedo. -----

1) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por, em nome da bancada do PS, apelar ao bom senso no agendamento das sessões da Assembleia Municipal de Mealhada, não só devido ao caso particular da Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira assim como de quem é estudante fora do Concelho, no sentido de ter todas as pessoas disponíveis

para participar. Prosseguiu referindo que seria fácil, juntamente com os restantes líderes parlamentares, chegar a um consenso em relação ao agendamento do dia da semana para a marcação de sessão da Assembleia Municipal, questionando de seguida se não existirá outro espaço para realização da mesma. Terminou por apresentar um requerimento verbal ao Senhor Presidente da Mesa, ao abrigo do artigo 13º do Regimento da Assembleia Municipal, para convocação de conferência de representantes, de forma a tratar de aspetos de organização e funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente a sua data de realização. (início: após 03 horas; fim: após 03 horas e 03 minutos) -----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra iniciou por dizer que não entende o uso da expressão "prática consensualizada" nesta questão, questionando de seguida se alguém alguma vez pediu para as sessões da Assembleia Municipal serem realizadas à sexta-feira, não havendo nenhuma manifestação positiva para tal pergunta. (início: após 03 horas e 03 minutos; fim: após 03 horas e 04 minutos) ------2) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por referir que estão disponíveis para reunir com os coordenadores dos grupos partidários presentes na Assembleia Municipal, vincando no entanto que a marcação das datas de realização das Assembleias Municipais compete ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e à respetiva Mesa. Continuou dando nota que os seus colegas de bancada preferem que as sessões se realizem durante a semana e portanto todo o bom senso é válido, não entendendo de onde surgiu o consenso do qual se fez referência. (início: após 03 horas e 04 minutos; fim: após 03 horas e 05 3) O Senhor Deputado Municipal João Miguel Silva, no uso da palavra, iniciou por referir que foi tomada em consideração a disponibilidade de uma das bancadas em reunir, questionado no entanto se os restantes grupos partidários presentes na Assembleia Municipal acompanham essa disponibilidade. (início: após 03 horas e 05 minutos; fim: após 03 horas e 06 minutos) -----4) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por vincar que esta matéria é da competência do Senhor presidente da Mesa da Assembleia. podendo no entanto existir conversas e se de fato existir consenso, aceitam o mesmo. Continuou referindo que é muito difícil existir consenso e que é difícil equilibrar a vontades e a vida particular de cada um. (início: após 03 horas e 06 minutos; fim: após 03 horas e 08 minutos) -----Ato contínuo, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que existe também a questão da disponibilidade do Cineteatro, que muitas vezes está ocupado à sexta – feira. (início: após 03 horas e 08 minuto; fim: após 03 horas e 09 minutos) 3) RENÚNCIA AO MANDATO DO SENHOR EX- DEPUTADO MUNICIPAL TIAGO FERREIRA: -----O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, comunicando à Assembleia Municipal a renúncia do

Senhor Tiago Ferreira ao mandato de Deputado Municipal. De seguida explicou que

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Alexandre Rebelo, Pedro Semedo, Sofia Martins, João Louceiro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira.
- 1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por referir que não aceita que coloquem em causa a sua competência, com anos de experiência acumulada, mantendo o que disse, ou seja, que foram prestados apoios

Folha n.º 81

a pessoas com deficiência intelectual na Escola Secundária da Pampilhosa em espaços não dignos, tendo registo dos mesmos. Referiu de seguida os três meses passados na preparação das AEC, ainda não existindo resposta em todas as áreas, questionando depois em que estado se encontra a contratação de pessoal auxiliar de apoio nas Escolas. Terminou assinalando que, passado um ano, todas as obras que se apresentam estão em fase de planeamento, questionando especificamente as do Chalett Suiço, as Garagens do Palace, as piscinas municipais, os balneários do campo Jorge Manuel do Luso e ainda o Mercado Municipal. (início: após 03 horas e 15 minutos; fim: após 03 horas e 22 minutos) ---------------------------------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que relativamente ao pessoal auxiliar, os rácios mencionam 74 mas de momento estão 97 funcionários, o que representa um acréscimo de 23 em relação ao previsto na Lei. Continuou revelando que, quanto às obras mencionadas, o Chalett Suiço terá a consignação efetuada no próximo dia 3; a obra das Garagens do Palace não decorre pois a empresa não está a cumprir e coloca-se a perspetiva de resolução do contrato; nas piscinas municipais a obra decorre, sendo que a estrutura de proteção de incêndios que existia nunca funcionou, tendo sido preparado um projeto e lançada uma obra e só posteriormente informaram que essa mesma obra teria que possuir um projeto de combate a incêndio, porque o que existia estava obsoleto e nunca funcionou, e portanto foi necessário retificar essa situação, o que obviamente atrasou a obra e a mesma não estará terminada nos próximos 2 meses; a obra dos balneários do Luso decorre a bom ritmo e dentro do previsto; a obra do Mercado Municipal de Mealhada é um problema que dura há 3 anos, não surgiu agora, e que será analisado tecnicamente e eventualmente juridicamente para perceber a causa de tudo aquilo, mas atualmente não está em condições de ser recebida. (início: após 03 horas e 22 minutos; fim: após 03 horas e 28 minutos) -----2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir, quanto à educação de pessoas com deficiência, que as Escolas da Mealhada têm uma série de professores de ensino especial e algumas funcionárias dedicadas, os primeiros com formação e as segundas sem formação e que se arranjam da melhor maneira que sabem, sendo que o Governo dá muito pouco dinheiro e não tem em conta estes casos. Referiu e solicitou depois que os Serviços disponibilizem a documentação de modo a permitir que sejam consultável automaticamente através das buscas, de modo a rentabilizar o tempo de cada um. (início: após 03 horas e 29 minutos; fim: após 03 horas e 34 minutos) ------3) A Senhora Deputada Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por sugerir um programa para o Município adotar em relação ao processo de compostagem e relacionado com o projeto já mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara. Seguiu dizendo que considerando que a compostagem é promover a economia circular, é reciclar e reutilizar, propôs que o Município da Mealhada tenha um programa de compostagem comunitária individual que permita atingir os objetivos de reduzir a produção de resíduos urbanos biodegradáveis, evitar o encaminhamento de

resíduos orgânicos para a incineração ou aterro, potenciar a valorização dos resíduos orgânicos no fertilizante, para aplicar na horta ou no jardim, disponibilizando gratuitamente compostores que permitam o tratamento local dos resíduos orgânicos gerados diariamente, com vista à valorização orgânica por processo de compostagem, quer seja doméstico e individual ou comunitário. Nesse sentido, e como incremento ao projeto que será implementado em três áreas geográficas distintas, acrescentaria a realização de um inquérito para aferir da adesão ao formato e impacto antes duma abrangência mais alargada. Relativamente à educação, mencionou as atividades de animação e apoio à família no Concelho de Mealhada, que são uma resposta social destinada ao acompanhamento das crianças na educação pré-escolar, antes ou depois do período de atividades educativas, e que e assumem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, considerando que a oferta alargada a nível de horário e a qualidade do serviço prestado permitem a conjugação das atividades profissionais dos pais das crianças, mas coloca desafios à estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino que não foram projetados para o número atual de crianças e a própria alocação de recursos humanos às estruturas. situação que terá de ser acompanhada com proximidade no sentido de garantir a qualidade do serviço prestado e permitir a dinâmica necessária e ajustamentos que tenham de ser realizados. Seguiu dizendo que este é um servico ainda mais relevante numa fase de crise e perda de poder de compra das famílias, e que muitas destas recorrem às IPSS do Concelho para ter esse serviço, sendo relevante uma posição de sensibilização junto das entidades decisoras no sentido de serem promovidos ajustamentos aos subsídios, considerando o aumento dos custos com alimentação, recursos humanos e energia que estas entidades têm de suportar. Terminou vincando que o direito a uma educação pré-escolar é para todas as crianças, sendo reconhecido o seu papel determinante no início do processo de educação, o qual se não for de qualidade, dificilmente promove competências. (início: após 03 horas e 34 minutos; fim: após 03 horas e 41 minutos) -----4) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por enaltecer o destaque dado à realização da Assembleia Municipal na página do Município, lembrando que há muitos anos criticam a sistemática ocultação deste importante órgão autárquico. Seguiu questionando o que resultou em concreto da visita ao Luso pelo Senhor Presidente da Câmara e da auscultação à respetiva população, indagando também se houve algum desenvolvimento em relação à construção de uma melaria no Luso. Perguntou acerca dos inquéritos de satisfação a propósito da Feira de Artesanato e Gastronomia e das queixas acerca de ruído e outras, assim como se existe registo das queixas acerca do barulho aquando da Festa de Juventude. Relativamente ao rácio de auxiliares educativos salientou que se trata de um problema criado pelo Estado Central e que agora está a encargo das autarquias com a transferência de competências, questionando se existiram outras preocupações neste início de ano letivo, salientando de seguida o vergonhoso programa, assente na precariedade laboral, na questão das AEC's, programa que necessita de uma reformulação ponderada - e que têm também o problema da

Folha m. 82

excessiva permanência das crianças no espaço escolar, com atividades muito próximas da atividade letiva e que deveria ser de tempos livres, acrescentando ainda que, quanto ao espaço na Escola da Pampilhosa onde é dado o apoio a alunos com necessidades educativas especiais, iria aferir in loco da realidade do mesmo. Mencionou de seguida o programa dos empresários pela inclusão social e a preocupação com a crescente colonização das escolas por projetos externos, questionando como este projeto chegou às escolas do Concelho e como está ser desenvolvido, pois parece uma ocupação do trabalho dos docentes com um projeto lancado do exterior da escola, referindo de seguida a conclusão das obras na Secundária da Mealhada, dando contudo a nota de que o que impressiona é o facto do Senhor Presidente da Câmara ter afirmado que a escola precisa de muitas mais obras, não tendo sido então cumpridas as expetativas aquando da assinatura do contrato inter - administrativo de delegação de competências. Seguiu questionando o afirmado, na sessão pretérita, acerca do regadio Luso-Vacariça-Mealhada e dos seus problemas e do que se pretende com o mesmo. Indagou acerca dos desenvolvimentos relativamente ao Cineteatro da Pampilhosa. Questionou acerca da providência cautelar, já indeferida, contra o ato de resolução de contrato de exploração da cafetaria da Alameda e da situação atual do espaço. Perguntou sobre um amontoado de terras que se encontra na zona do Cardal, dando nota de seguida da reunião do PCP com a Senhora Delegada de Saúde de Mealhada na qual foram colocadas questões acerca da qualidade da água da Fonte de S. João e do risco de contaminação dos aquíferos, afirmando que a Câmara deverá diligenciar para a inclusão da Fonte de S. João no âmbito da rede pública de abastecimento de água de modo a permitir análises regulares à mesma, questionado se vai ser feito e como, perguntando ainda se vai ser providenciado um sistema de esterilização que permita precaver qualquer tipo de infiltração e contaminação na Fonte. (início: após 03 horas e 42 minutos; fim: após 03 horas e 55 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, disse que, o sistema de esterilização está previsto e o projeto está entregue, e aguarda entrega para se proceder aos trabalhos, acrescentando que quanto à Fonte de S. João, a água é testada e a qualidade controlada. Quanto ao amontoado de terras, tem que ver com as terras do terreno onde está a ser construído o novo edifício mas que é algo provisório e que foi usado por ser o local mais próximo para resolver a situação antes do Inverno. Em relação à providência cautelar relativa à cafetaria da Alameda, a mesma não teve sucesso, tendo sido rebatidos os argumentos apresentados, encontrando-se concurso a decorrer para exploração daquele espaço, que se pretende aberto. Disse de seguida que a questão do Cine Teatro de Pampilhosa está resolvida, tendo ocorrido alteração do Protocolo para a Associação terminar o projeto e efetuar a obra. Informou depois que com o regadio Luso-Vacariça-Mealhada se pretende fazer um projeto estruturante e que não seja só para garantir a sustentabilidade a nível de água, tendo já sido efetuado um projeto com a Câmara de Anadia para a limpeza do rio, mas que o mesmo seja usado também para desporto, caminhadas, lazer e que o rio Cértima

esteja virado para a população, defendendo a biodiversidade e o ambiente. acrescentando contudo que será um projeto longo e a ser desenvolvido em várias fases. Disse depois, quanto às AEC, que tem de se pensar mais no envolvimento das associações locais e que o assunto será analisado pelo Senhor Vereador e respetiva equipa, referindo depois que quanto aos eventos na Mealhada, é normal algumas pessoas não gostarem de ruído mas é algo habitual para quem vive nos centros urbanos e que tem vida e dinamismo. Sobre a melaria no Luso, não se vê esse assunto como prioritário para a Associação, referindo que na visita ao Luso recebeu vários alertas aos quais se está a dar resposta, acrescentando que este ano sido de reorganização de alguns Serviços e de projetos. (início: após 03 horas e 55 minutos; fim: após 04 horas e 05 minutos) ------5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por referir que apesar da resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara em relação ao regadio Luso-Vacariça-Mealhada não percebeu ainda o que está efetivamente a ser feito. Questionou depois se está a ser efetuado um projeto para a zona envolvente do Bar do Módulo da Vacariça, assim como se está a ser feito algum projeto de empedramento da parte norte do rio que acompanha os moinhos de Lograssol. Perguntou depois acerca do projeto Porta-a-Porta, dando nota dos constantes atrasos na recolha e da necessidade de criar uma periodicidade nesse trabalho para criar o hábito nos Munícipes. Indagou acerca do balcão itinerante do BUPI, que estaria previsto para setembro, tendo sido dado esse feedback às pessoas, que agora perguntam acerca desse serviço. Continuou questionando acerca da criação de espaços de contenção para os resíduos dos madeireiros, terminando por perguntar sobre a Rua da Escola, na Quinta do Valongo. (início: após 04 horas e 06 minutos; fim: após 04 horas e 10 minutos) -----De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que o rio Cértima é em si um grande projeto e que tem de ser estratégico, sendo que dentro do mesmo existem pequenas intervenções e projetos, estudados e analisados, para serem estruturados da melhor forma até para se conseguir obter financiamento. Quanto ao Porta-a-Porta, existe uma viatura para o efeito mas está parada por não cumprir com o caderno de encargos do procedimento respetivo, estando o mesmo em fase de resolução, sendo utilizadas para o efeito três viaturas do lixo indiferenciado mas que estão obsoletas. não só pelos consumos mas também por estarem constantemente na oficina para reparações, pelo que se está a proceder no sentido de até dezembro tentar adquirir uma viatura nova, que dada a escassez no mercado terá um acréscimo de preco. Em relação ao BUPI itinerante referiu que a CIM, entidade que coordena o projeto, contratou um serviço mas o mesmo está atrasado. De seguida disse, quanto aos detritos florestais, que a questão está a ser trabalhada, já se solicitou projeto, e o objetivo é dar resposta a esta situação, tendo já sido contatados outros Municípios no sentido de criar, em conjunto com a CIM, locais específicos para o efeito. Terminou por mencionar em relação à Rua da Escola que já contatou a GNR e que

a questão será resolvida em conjunto e a rua ficará de circulação em sentido único. (início: após 04 horas e 10 minutos; fim: após 04 horas e 15 minutos) ------5) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém gueria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, lola Baptista e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte. -----1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir as reservas constantes que está matéria tem levantado, pedido depois esclarecimentos acerca da prestação de serviços na modalidade de avença de consultoria em inovação e da respetiva remuneração, questionando também as duas prestações de serviço na modalidade de avença de operacionais de limpeza em diversas instalações municipais e em que condições serão desenvolvidas, perguntando também sobre duas prestações técnicas, uma para a CPCJ e a outra sem especificação. Continuou, a propósito dos contratos de prestação de serviços e da sua legalidade, referindo a intervenção do Senhor Vereador Hugo Silva em sessão anterior da Assembleia Municipal, na qual adjetivou o PCP de rigidez e radicalismo nesta questão, quando a preocupação existente é apenas com o uso indiscriminado de recibos verdes e da sua legalidade, não se podendo sobrepor a tal o pragmatismo. Terminou vincando as diferenças ideológicas e políticas com o Senhor Vereador Hugo Silva, seja nos planos do mundo e do país assim como para o Concelho de Mealhada e sua população. (início: após 04 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 21 minutos) ------2) A Senhora Deputada Iola Baptista, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuia transcrição requereu: ------"Exmos. Srs.: ------Relativamente á listagem dos compromissos plurianuais que nos foi enviada. ------De referir que estamos a pagar um total de €4236,12 de impressão da newsletter mensal da autarquia, acreditando que esta newsletter é aquela que todos meses recebemos em nossas casas junto com a fatura da "água" - chamo a atenção para que seja analisado a relação custo/beneficio, pois como já tivemos oportunidade de o referir, a newsletter continua a chegar a nossas casas tardiamente, por exemplo a de Agosto foi entregue em 27 de agosto, a de março chegou no final do mês, e todos os meses de modo geral se repete esta situação. -----Umas linhas abaixo na referida listagem, encontramos - Locação de módulo/refeitório presumo que se refere ao módulo instalado em Barcouço, para solucionar uma situação relacionada com as refeições escolares. ------Duas notas: primeiro enaltecer as medidas tomadas no sentido de diminuir as desigualdades sociais e proporcionar a todos os mesmos direitos enquanto munícipes de um mesmo município. -----Segundo – gueremos acreditar que esta solução é realmente provisória e vamos na próxima oportunidade criar um espaço definitivo e digno, tal como assegurar que nas restantes escolas as mesmas condições estão garantidas e asseguradas. ------

Finalmente - Aquisição de serviços para implementação de atividades de enriquecimento curricular no Município da Mealhada para o ano letivo 2022/2023. --Tanto quanto sei, segundo informações transmitidas à Associação de Pais durante uma reunião que ocorreu no início da semana, a situação de contratação para as AEC já está solucionada, e estamos a retomar o arrangue das mesmas. ------Contudo é importante para os pais e famílias, saberem com o que podem contar. Este serviço já é prestado de algum tempo a esta parte, permite além de cumprir o previsto em legislação, contribuir para a melhor organização e gestão de recursos financeiros das famílias, permite também dar aos alunos oportunidade de experimentarem áreas diferentes e enriquecer o seu currículo. Todos sabemos, ou pelo menos a maioria sabe, das dificuldades que se tem mostrado para garantir o bom funcionamento do serviço, e sabem também que tal só foi possível estabilizar quando começamos a contratar o serviço a uma entidade, desta forma sempre tínhamos um professor para estar com as crianças fosse por que motivo fosse que o professor da turma se encontrasse ausente. -----É importante garantir este serviço, de forma atempada, de modo que no início do ano letivo o mesmo está assegurado e arrangue com as restantes atividades letivas. Estamos a falar de crianças pequenas que dependem de adultos e que infelizmente os pais que trabalham na sua grande maioria não tem horários compatíveis os horários das atividade letivas sem AEC. ----Relembro da importância em particular de algumas AEC, nomeadamente o Xadrez e da ausência dos tomeios de xadrez. É no mínimo de bom tom explicar o motivo pelo qual deixaram de acontecer, sendo que era um evento bastante participado e educativo." (início: após 04 horas e 21 minutos; fim: após 04 horas e 25 minutos) ---De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, referiu que fazem parte da equipa de limpeza 22 pessoas e que realizam esse servico quando necessário em vários locais distintos. esclarecendo que existiu um concurso para a área da inovação e contratou-se um consultor para o efeito, informando ainda que no Servico Social a necessidade ocorreu porque uma técnica foi para outro Serviço e o lugar fica ocupado no mapa de pessoal pelo menos por 18 meses, e para não criar lugar no quadro porque a técnica pode eventualmente regressar, houve essa necessidade. Em relação à newsletter esclareceu que vai ser efetuada uma alteração drástica, porque muita da informação chega atrasada a casa da população. Terminou referindo o módulo de Barcouço, o qual será provisório e surgiu de modo a dar uma resposta rápida. estando em programação a montagem de uma estrutura fixa, concordando ainda com a questão levantada acerca das AEC. (início: após 04 horas e 25 minutos; fim: após 04 horas e 28 minutos) --3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra Duarte, no uso da palavra, iniciou por questionar, sabendo que das 65 crianças que frequentam a escola, 60 frequentam o ATL, se não teria sido mais vantajoso manter o protocolo com a instituição local e evitar esta despesa nesta situação provisória. Finalizou perguntando se existe a pretensão de reativar a antiga Escola Primária de

Cavaleiros. (início: após 04 horas e 29 minutos; fim: após 04 horas e 31 minutos) ---De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, disse que houve reuniões com a IPSS local que transmitiu que não era possível servir só os almoços e nesse sentido foi dada resposta à guestão, esclarecendo que não tem conhecimento de nenhum projeto para a antiga Escola Primária de Cavaleiros. (início: após 04 horas e 31 minutos; fim: após 04 horas e 32 minutos) ------Ato contínuo, e não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade a continuação dos trabalhos. (início: após 04 horas e 32 minutos; fim: após 04 horas e 32 minutos) ------6) PROPOSTA N.º 66/2022 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO: ------O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo o horizonte temporal da mesma que se compreende entre 2022 - 2026 tendo sido diagnosticado a nível local o tipo e necessidades habitacionais no Concelho e as respostas a dar. com um investimento previsto de cerca de cinco milhões de euros, vincando que o que se pretende é criar habitação a custos controlados e incentivar a recuperação do património no Concelho da Mealhada. (início: após 04 horas e 33 minutos; fim: após 04 horas e 36 minutos) ------Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém gueria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, João Silva, Pedro Semedo e André Melo. ------1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ------"A presente proposta, ou melhor, o relatório que a integra, foi elaborado externamente por uma empresa consultora sedeada em Aveiro. Primeira questão: auais os custos? ------Este assunto foi retirado da OD da sessão de 28 de abril, cremos que por falta de pareceres necessários. Se volta à AM nesta sessão de setembro, é porque essa falha estará suprida. É assim? Não deveriam os pareceres e pronunciamentos recolhidos acompanhar a proposta aqui chegada? ------O texto do relatório tem muitas partes que lemos com interesse e formulações que acompanhamos sem qualquer dificuldade. -----A dada altura, na introdução, lê-se: "O direito à habitação é um direito fundamental indispensável para a concretização de um verdadeiro Estado Social. Ao longo de muitos anos, o Estado Social assentou num serviço nacional de saúde, numa escola pública e numa segurança social pública e deixou de fora a habitação. Acresce que a resposta do Estado se centrou nas situações de enorme carência habitacional, não intervindo na resposta habitacional para os grupos de rendimentos baixos e médios."

Estamos de acordo com esta análise que nos parece correta. Acresce dizer que a inépcia que o Estado central revelou na concretização do direito à habitação também tem tido efeitos negativos nas políticas de habitação em muitas autarquias. Entendemos que assim tem acontecido no nosso concelho, onde as preocupações com esta área não têm tido grande destaque. -----Voltando àquela afirmação que retirámos do relatório, cumpre dizer que o reduzido interesse do Estado central e de uma grande parte das autarquias - que não têm nem podem ter por missão substituir-se às responsabilidades do Estado Central quanto ao direito à habitação não é, apenas, uma ineficiência do chamado Estado Social, como o texto foca. É mesmo grosseiro incumprimento do art.º 65.º da CRP! Vale a pena revisitar esse artigo com a epígrafe "Habitação e urbanismo" para avaliarmos guão esquecido tem sido aquele preceito constitucional por quem vem exercendo em empobrecedora alternância o poder. Mais: se o revisitarmos, também percebemos que é para acabar de vez com coisas como o art.º 65.º que se movem bastidores para rever a Constituição e – como é tão elucidativo neste caso – para acabar com aquilo que alguns dizem ser o seu caráter ideológico. É verdade: o reconhecimento do direito à habitação é um reconhecimento político e ideológico. O documento apresenta a ELH que foi concebida por uma entidade externa, sem participação autárquica de vulto, em particular das freguesias e, ainda menos, envolvimento das populações: interlocutores foram técnicos e responsáveis políticos da CM - esta é ELH da CM, ou melhor, acolhida pela CM que a aprovou por unanimidade. Assim sendo, foram poucos os "atores" envolvidos, não obstante vistosos apelos e compromissos com a participação. ------O documento define um horizonte temporal 2022-2026 que vai a reboque dos prazos de execução do principal programa de financiamento a que a CM quer candidatarse. Sem desprimor para o trabalho realizado, mais do que uma verdadeira estratégia política para a habitação e para projetar o concelho através de grandes desempenhos ao nível do direito à habitação, o que está em causa, também aqui, é o acesso a financiamentos. É o alfa e o ómega; o resto ajuda a compor. ------Horizonte temporal 2022-2026... Já vai avançado 2022, 2026 é já ali. Com tantos anos de atraso, o que será possível realizar em pouco mais de quatro anos? Reforçase a ideia de que o centro de tudo é a caça ao financiamento que houver e não uma estratégica para a habitação... -----Ao longo dos anos, em sede de estatuto do direito de oposição, o PCP tem vindo a propor que a CM inclua nos seus orçamentos e planos uma atenção especial às questões da habitação. Para além da pouca habitação social que existe – e existe com alguns problemas no concelho -, dos problemas de acesso a habitação condigna que ficam por resolver e de um ou outro programa com objetivos importantes ao nível da recuperação de edificado, as iniciativas da CMM neste domínio têm sido frouxas e sem um sentido estratégico evidente. -----Neste quadro, vemos com interesse o propósito de estruturar uma estratégia local de habitação. Estamos de acordo com esse propósito. Preciso será, no entanto, ver em que dá. Estamos certos que um concelho da Mealhada com uma assumida

realização do direito constitucional à habitação será um concelho melhor e máis atrativo. ------Em políticas ambiciosas sobre e para a habitação, os recursos financeiros necessários são vultuosos. E. do nosso ponto de vista, não podem, por se tratar de direitos essenciais, andar apenas ao sabor do que é determinado, de forma circunstancial, lá fora – o que é diferente de desaproveitar fundos que de lá venham, designadamente da UE. ------Ora, no próprio documento que nos apresenta o que poderá vir a lançar – veremos! - uma estratégia local para a habitação, as verbas previstas são, sem surpresa, de muitos milhões de euros. Para nós não resulta claro o que é que vai caber a cada uma das partes, designadamente ao município e ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) que terá agui, parece-nos, um papel crucial. ------Aliás, o que guestionamos é que compromissos assumiu – se é que assumiu algum o IRHU com o nosso município, nomeadamente de financiamento, para a concretização da estratégia local de habitação. Há algum envolvimento, alguma participação e algum compromisso do IHRU na definição desta estratégia, ou o documento surge à margem disso, na esperança que instâncias como essa se comprometam a seguir? No fundo, qual é o compromisso do Estado central e do IHRU com os conteúdos deste documento? -----Voltando ao início, o documento encomendado pela CM e elaborado por uma empresa de consultoria é um documento interessante sobre uma temática prioritária: a ver vamos como é que será a passagem da escrita para a prática, quem se compromete com o quê e quais serão os resultados concretos em termos de políticas de habitação no concelho da Mealhada. -----Com as dúvidas – e até algumas angústias – que identificámos, iremos acompanhar com muita atenção e, a ver vamos, com esperança, os resultados concretos da estratégia local de habitação da Mealhada. Esperamos ser positivamente surpreendidos. As populações e o concelho merecem-no. ------O PCP, mantendo-se atento, acompanhará com interesse os desenvolvimentos, as medidas e as ações concretas, que surjam a partir desta ELH. A assembleia municipal será, obviamente, espaço privilegiado para fazermos, todos, este importante acompanhamento." (início: após 04 horas e 37 minutos; fim: após 04 horas e 46 minutos) -----2) O Senhor Deputado Municipal João Silva, no uso da palavra, referiu que a estratégia local de habitação deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se refere, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificando as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização, devendo ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, fornecendo um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção para atuação em matéria de habitação, que seja transparente, simples e pragmático e que oriente e articule as políticas públicas e a atuação das entidades públicas e privadas

no território em causa. Acrescentou que a lei de bases da habitação estabeleceu os princípios do direito à habitação, bem como as incumbências e as tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos. prevendo a criação de apoios para quem não tenha condições de aceder ao mercado privado de habitação, com particular destaque para os jovens. Continuou mencionando que no documento remetido se verifica que, tal como o resto do país, o Concelho de Mealhada apresenta uma tendência negativa no que à demografia diz respeito, mostrando preocupação também com a oferta existente no mercado de arrendamento, que praticamente não existe no Concelho. Disse ainda quanto aos apoios municipais, que o documento refere que a Câmara criou um regulamento municipal de atribuição de habitação social em regime de arrendamento apoiado, vincando no entanto que terá de existir a adequação e eficiência desses apoios aos jovens de modo a permitir a emancipação dos mesmos. Terminou dizendo que o próximo passo será a elaboração de uma carta municipal de habitação, um documento mais específico, previsto igualmente na lei de bases da habitação e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular no quadro do plano diretor municipal com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal. (início: após 04 horas e 46 minutos; fim: após 04 horas e 51 minutos) ---3) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que esta é uma problemática civilizacional e política, pois chegamos a um grau de civilização que não permite situações em que não há alojamento condigno, sendo que a responsabilidade de construir casas, para a parte da população que necessita do auxílio do Estado, será mais eficiente se efetuada pelas autarquias locais, com as habitações sociais. Terminou por adjetivar o documento apresentado de equilibrado e completo, agradando sobretudo o aspeto social do mesmo, dando ainda nota da grande quantidade de casas suscetíveis de renovação no Concelho. (início: após 04 horas e 51 minutos; fim: após 04 horas e 55 minutos) -----4) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por referir que no documento apresentado agrada também a vertente social do mesmo. realcando a importância da comunicação destes apoios à população e também pela agilização de todo o processo de licenciamento de obras. Deu nota também para que ocorra alguma campanha de atração de novos promotores imobiliários, pois o Concelho não tem um tecido empresarial capaz de investir nesta área e não ocorre investimento há algum tempo, seja por dificuldades de licenciamento seja por falta de interesse económico no investimento. (início: após 04 horas e 55 minutos; fim: após 04 horas e 56 minutos) --De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma esclareceu que os custos do projeto foram de 19.100,00€ mais IVA, financiado pelo IHRU, sendo que os pareceres dessa entidade só virão após a aprovação da estratégia na Assembleia Municipal. Finalizou dizendo que as Juntas de Freguesia e as IPSS foram envolvidas, sendo esta uma estratégia

importante para aceder a fundos de financiamento de modo a recuperar património. (início: após 04 horas e 57 minutos; fim: após 04 horas e 57 minutos) ------O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe. tendo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira. Sandra Patrícia dos Santos Machado, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Carlos Manuel Salvador Veloso, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Paulo Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Rosa Maria Sousa, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo. Mário José de Sousa Gaspar, Filipe Jorge Castela Simões e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro. -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 557 minutos; fim: após 04 horas e 58 minutos) ------7) PROPOSTA N.º 68/2022 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS FREGUESIAS - DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL: ------O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referido que neste processo existiu mútuo acordo entre a Câmara e as freguesias e que existiu um aumento de 18% em relação ao que existia, acrescentando o compromisso na salvaguarda dos interesses da população e de ajuda às necessidades das Freguesias, assim como de rever o acordo para o ano seguinte. (início: após 04 horas e 58 minutos; fim: após 05 horas e 02 minutos) ------O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira. ------1) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por dizer que em 13 de dezembro do ano passado, em sede de reunião de Câmara, os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra a prorrogação dos acordos de execução que vinham do anterior mandato, tendo o Senhor Vereador Marqueiro afirmado que ao longo dos 8 anos de mandato como Presidente da Câmara nenhum Presidente da Junta o tinha abordado sobre a delegação de competências, esquecendo a questão que lhe colocou em 2019 sobre quando ocorreria a aplicação da delegação de competências no Concelho de Mealhada, à qual tinha respondido que só em 2022. Prosseguiu dizendo que o aumento plasmado não seria de 18% mas sim de 33%, em termos de valor de

180.000,00€ para 270.000,00€. Realcou que até 2021 os apoios não acompanharam o aumento de custo de vida e que só agora foi possível manifestar o descontentamento com as verbas transferidas e conseguir este aumento, de grande importância para o Município e para o fortalecimento da capacidade da prestação de serviços públicos aos cidadãos por parte da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, isto num contexto cujo orçamento municipal está comprometido por obras do passado que, implicam obviamente limitações, sendo necessário utilizar bem os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas. Referiu que há que criar sinergias, articulando esforcos com o obietivo de tornar o Concelho mais atrativo e orgulhar a população, sem confundir exigências legítimas com reivindicações desadequadas sem perceção dos limites e da crise. Terminou afirmando que se continua a desenhar um rumo com a envolvência e cooperação de todos, desafiando o Senhor Presidente da Câmara a atingir a verba de 500.000,00€ em transferências para as freguesias locais, vincando ainda que o mandato são 4 anos. (início: após 05 horas e 02 minutos; fim: após 05 horas e 08 minutos) -

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra a Senhora Vice — Presidente Filomena Pinheiro, que iniciou por referir que o sucesso das Freguesias é o sucesso do Concelho, dando nota que o executivo trabalha para procurar soluções para todos, e estando o próximo quadro de apoios a ser discutido, as oportunidades surgirão pelos instrumentos de financiamento. De seguida mencionou uma base de acesso a novos fundos, nomeadamente a candidatura às Eco — Freguesias, do qual foi dado conhecimento a todas as Freguesias, desafiando as mesmas candidatarem-se a este apoio, dado que o próximo quadro de apoios assenta na sustentabilidade, eficiência energética e descarbonização. Seguiu dizendo que a única Freguesia que aceitou o desafio, que tenha conhecimento, foi Casal Comba e portanto está já num patamar superior no que diz respeito a futuras candidaturas a eventuais fundos de apoio que possam surgir, apelando a que todos aceitem os desafios propostos e trabalhem em conjunto, sendo que quem não se candidatou não o fez por falta de apoio pois a Câmara Municipal até com recursos

Folhan 87

humanos ajudou, mormente na elaboração das candidaturas. (início: após 05 horas e 14 minutos; fim: após 05 horas e 17 minutos) ------Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 17 minutos; fim: após 05 horas e 17 minutos) ------8) PROPOSTA N.º 70/2022 - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022: ---O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que têm que ver com duas situações, uma com a área dos Serviços Urbanos e Ambiente, em que estava previsto um técnico superior na área de engenharia mas que deve estar especificado que é em engenharia civil, sendo a outra situação de uma arquiteta que saiu para a ARS - Centro e que, apesar do lugar ocupado no mapa de pessoal por 18 meses, é necessária a contratação de um técnico superior na área de arquitetura para suprir essa necessidade. Prosseguiu referindo que existem também depois alguns problemas de recrutamento de assistentes operacionais em algumas áreas devido aos candidatos que se apresentam não possuírem escolaridade obrigatória, procedendo-se então à alteração para que, nessas áreas específicas e nesses casos em particular, a contratação possa ocorrer com base na experiência profissional. (início: após 05 horas e 17 minutos; fim: após 04 horas e 19 minutos) ------O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém gueria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Frederico dos Santos e João Louceiro. -1) O Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, no uso da palavra, iniciou por referir que a questão do lugar do técnico superior na área da arquitetura, sendo que na primeira alteração ao Mapa de Pessoal foi aberto um lugar para técnico superior na área de arquitetura paisagística, o que a acrescentar a esta alteração se passará de uma situação em que há três meses existia um arquiteto para uma em que atualemte passam a existir três no quadro funcional da Câmara Municipal. Continuou mencionando que apesar da aludida mobilidade da técnica superior para a ARS - Centro, a vaga está criada e poderá ser preenchida a qualquer altura, sendo que para suprir este tipo de cenários em que não existe necessidade permanente, existem os contratos de avença, entendendo que deverá existir cautela nestas situações sob pena de acréscimo de encargos financeiros. Finalizou perguntando quanto à alteração da exigência de nível habilitacional, que está prevista também para lugares que não se encontram a prover, se é para precaver contratação futura, situação que o Senhor Presidente da Camara confirmou. (início: após 05 horas e 20 minutos; fim: após 05 horas e 23 minutos) ------2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ------"Às compreensíveis explicações dadas para a dificuldade em contratar trabalhadores - e não "colaboradores" - para preencher postos de trabalho - e não de

"colaboração" – na área operativa (pouca atratividade da carreira de assistente operacional em termos remuneratórios – em que outros poderia ser, neste caso? –, situação que tenderá a piorar coma subida abrupta da inflação, assim reza a proposta), deveria ser acrescentada a manifesta insuficiência das decisões tomadas acerca da atribuição do SPI no mandato anterior, bem como a inépcia ou desinteresse do atual executivo em melhorar o quadro. Disto o PCP responsabiliza diretamente o senhor presidente da CM que, não obstante várias declarações de disponibilidade para rever as decisões "poucochinhas" do final do mandato com maioria do PS, nada mudou no regime de atribuição do SPI aos trabalhadores da CMM, ainda que esteja a fazer um ano sobre os primeiros enunciados desse compromisso. -----Pelas suas limitações, não seria, por certo, o argumento salvífico para uma corrida aos contratos para trabalhar como "assistentes operacionais" na Divisão de Servicos Urbanos e Ambiente, mas, com toda a certeza, não só não prejudicaria a atratividade das ofertas de emprego, como as beneficiaria. ------O PCP não se opõe às alterações que visam permitir o reconhecimento de experiência profissional relevante na área de trabalho como alternativa à exigência habilitacional, não obstante essa hipótese ter de ser usada com muita ponderação, avaliando seriamente as situações. Não se deve secundarizar a possibilidade bem real disto contribuir para também alimentar a desvalorização dos trabalhos e profissões em causa, o que reforçaria o lamentável quadro de baixos/baixíssimos vencimentos e, portanto, retroalimentaria as causas identificadas na própria proposta como fundamento para o seu conteúdo. -----Não se opondo, portanto, a estas alterações concretas no Mapa de Pessoal, bem como outras que permitirão fazer acertos a outros níveis, o PCP mantém a abstenção relativa a este documento por razões já invocadas noutras sessões, desde logo o reconhecimento que o Mapa tem nos bastidores uma realidade oculta ao nível da contratação de trabalhadores necessários à autarquia que é a do recurso abusivo e, quanto a nós, ilegal às prestações de serviços em regime de avença. --É verdade que as regras da contratação pública, designadamente de trabalhadores, criam dificuldades porque a legislação que tem sido mantida pelos partidos que têm dominado o poder é deliberadamente labiríntica e entorpecedora da administração pública, neste caso autárquica. Esta constatação não confere, no entanto, a legalidade que falta no recurso a muitas prestações de serviço que são falsas prestações de serviços." (início: após 05 horas e 23 minutos; fim: após 05 horas e 28 minutos) -Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos

Folha p. 88

Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Paulo Manuel Madeira Serafim, Rosa Maria Sousa, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar e Filipe Jorge Castela Simões, três votos contra dos Senhores Deputados Municipais Frederico Miguel do Céu Margues dos Santos. Carlos Manuel Salvador Veloso e Alexandre Edgar Mendes Rebelo e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais Sandra Patrícia dos Santos Machado, Rui Manuel Ribeiro César, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, ------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, (início: após 05 horas e 28 minutos; fim: após 05 horas e 31 minutos) ------Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que votou contra pois entende que poderá ser aberta uma caixa de Pandora com a aprovação desta proposta em que existirão 3 arquitetos, sendo que nada impede a funcionária em mobilidade de, ao fim de 18 meses, regressar. (início: após 05 horas e 31 minutos; fim: após 05 horas e 32 minutos) -----9) AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DAS GAITEIRAS, NO LUGAR DE ANTES: ------O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, e não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 32 minutos; fim: após 05 horas e 33 minutos) ------10) PROPOSTA N.º 73/2022 - ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL -ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS: -O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a proposta surge para reajustar serviços, tendo em conta que haverá igualmente transferência de mais competências e portanto será necessário mais e melhor organização e coordenação. (início: após 05 horas e 33 minutos; fim: após 05 horas e 35 minutos) O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, Frederico dos Santos, e

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que esta proposta não foi aprovada por unanimidade em sede de reunião de Câmara, ficando a dúvida do sentido de voto de cada um dos intervenientes e as razões da divergência, aspeto importante para a Assembleia se pronunciar da melhor forma e

que nesse sentido e desconhecendo o conteúdo da ata da respetiva sessão, solicitava mais informação. (início: após 05 horas e 35 minutos; fim: após 05 horas e 37 minutos) ---2) O Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, no uso da palavra, iniciou por referir que da análise ao documento apresentado não é possível aferir da real necessidade de criação de mais unidades orgânicas nem da organização que será efetuada posteriormente, sendo apresentada como justificação unicamente a transferência de competências e o aumento de áreas de intervenção. Terminou referindo que o problema que se apresenta é a falta de trabalhadores de base e não posições de chefia, quando tal acarreta mais encargos financeiros para o Município. (início: após 05 horas e 38 minutos; fim: após 05 horas e 39 minutos) ------De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma esclareceu que tinha quase certeza que a decisão tinha sido unânime e poderia existir algum lapso no documento apresentado, mas a eventualmente ter ocorrido essa divergência caberia a quem discordou explicar a decisão. De seguida referiu que as posições de chefia referem-se a chefes de equipas de trabalho, de pequenos grupos de trabalho que estão no terreno e não trata de chefes de divisão, não existindo portanto um acréscimo acentuado nos vencimentos, sendo que até ocorreu diminuição de chefes de divisão. (início: após 05 horas e 40 minutos; fim: após 05 horas e 42 minutos) -----3) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por referir que iriam apoiar esta proposta e que se trata de uma ferramenta de gestão que o Executivo necessita, e que deve ser promovido a chefe quem já o é mas que não vê essa responsabilidade refletida na remuneração nem definida cabalmente na equipa de trabalho. Finalizou dizendo que tendo uma estrutura complexa é necessário dividir as responsabilidades e tem que haver quem coordene, não sendo necessário saírem todas as instruções do gabinete do Senhor Presidente da Câmara ou dos Senhores Vereadores. (início: após 05 horas e 42 minutos; fim: após 05 horas e 43 minutos) -Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral. Frederico Miguel do Céu Margues dos Santos, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins

Silva, Paulo Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Rosa Maria Sousa, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Filipe Jorge Castela Simões e cinco abstenções dos Senhores Deputados Municipais Carlos Manuel Salvador Veloso, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Manuel Lima Louceiro, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e

Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. -----

